

Ponto de Encontro – 24 de Fevereiro de 2011

Hortas Urbanas

Oradores: Andreia Saavedra (Instituto Superior de Agronomia), Rita Folgosa (Câmara Municipal de Lisboa)

Moderador: Manuela Raposo Magalhães (ISA)

ABSTRACT ANDREIA SAAVEDRA

Desde sempre praticada nos interstícios e na envolvente do espaço edificado, a Agricultura Periurbana e Urbana permaneceu em Portugal, uma actividade não legitimada no ordenamento municipal não obstante o seu desenvolvimento nas últimas quatro décadas, enquanto sector produtivo informal. Mais recentemente, a relevância desta actividade na economia local e na promoção da interacção e coesão social, tem vindo a ser defendida e afirmada, consubstanciando-se em programas de apoio municipais aplicados em projectos específicos.

Contudo, apesar da importância desta legitimação a Agricultura Peri-urbana e Urbana deve ser enquadrada no contexto da implementação da Estrutura Ecológica Municipal, pela sua evidente compatibilização com a protecção e gestão de áreas indispensáveis à manutenção do equilíbrio ecológico da paisagem e de áreas com solos de elevado valor ecológico. Se a produção de alimentos constitui uma função permanente da agricultura intra e peri-urbana, é contudo o seu carácter multifuncional que se pretende abordar, através da identificação dos avanços mais recentes verificados a nível conceptual e no ordenamento e desenho desta actividade, enquadrados numa perspectiva de desenvolvimento urbano sustentável.

ABSTRACT RITA FOLGOSA

No presente, as hortas aparecem na cidade de uma forma, normalmente, desorganizada ocupando espontaneamente os solos produtivos que sobram da edificação. Contudo, elas reflectem a capacidade inovadora e criativa da iniciativa das populações, podendo caber às autoridades públicas o reconhecimento dessas potencialidades, facilitando e promovendo os processos integradores, a nível local, deste tipo de actuação.

Lisboa apresenta, actualmente, cerca de 77,0Ha de espaços hortícolas, na generalidade de cariz espontâneo.

A revisão do PDM em curso, cujo Plano Verde foi considerado como esqueleto fundamental, procurou enquadrar boa parte destas áreas, somando outras em que, pela qualidade dos solos e pelas suas próprias potencialidades intrínsecas, morfológicas, entre outras, é possível prever-se a sua ocupação com sucesso. Num universo de cerca de 43Ha de espaços hortícolas, distribuídos genericamente por aproximadamente 21 ocorrências, pretende-se apostar, a curto-prazo, na qualificação de cerca de 10Ha, distribuídos por 7 localizações.

Neste sentido, a Agricultura Urbana constitui uma peça fundamental da Estratégia Municipal para a criação e manutenção de zonas verdes, funcionando como ferramenta de consolidação de espaços verdes de baixo custo (o investimento médio em Lisboa ronda os 12,0EUR/m²), podendo reduzir drasticamente o esforço de manutenção até cerca de 70%.

Ao nível ambiental, os espaços agrícolas garantem o equilíbrio ecológico do território, contribuindo, por um lado, para a manutenção da humidade, para a diminuição de temperatura e para a libertação de oxigénio e, por outro, para o favorecimento da infiltração de águas no espaço urbano, prevenção da erosão e aumento da fertilidade dos solos, amenizando, deste modo, o impacte ambiental da excessiva pressão demográfica.

A agricultura urbana contribui, ainda, para uma estabilidade sócio-económica, podendo constituir-se como uma actividade a tempo-parcial e complementar - de profissionais de outras áreas e de reformados -, como um processo de reprodução em meio urbano dum modo de vida rural (permitindo o estabelecimento de toda uma teia de relações sociais).

No que respeita à alimentação, esta prática aumenta o acesso a produtos frescos e de qualidade, proporcionando uma maior segurança alimentar aos utilizadores destes espaços.